



ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO

Relatório LOA 2023



BALANÇO DO ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO - LOA 2023

O projeto do Orçamento de 2023 (PLN 32/22) foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 31 de agosto. Durante o processo de discussão das emendas ao Orçamento, o Observatório do Conhecimento divulgou um relatório denunciando a proposta do então presidente, Jair Bolsonaro, para o orçamento das universidades federais, órgãos de fomento à pesquisa e ciência e tecnologia. Agora, publicamos uma atualização do Orçamento do Conhecimento de 2023 com base na Lei Orçamentária sancionada em 17 de janeiro pelo atual presidente.

Durante as discussões da proposta orçamentária para 2023, em diálogo com o Legislativo e outras entidades da sociedade civil, o Observatório utilizou sua metodologia inédita do Orçamento do Conhecimento (OC) para buscar ampliar a previsão orçamentária. Também neste período foi também promulgada a Emenda Constitucional 126, conhecida como PEC da Transição (PEC 32/22), um passo fundamental no debate sobre o Teto de Gastos e o atual regime fiscal brasileiro, que tem sido uma das causas da redução do orçamento do conhecimento nos últimos anos. A proposta permitiu deixar um valor de R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos, criando espaço para novos investimentos, como o aumento das bolsas de pesquisa.

Assim, a atuação do Legislativo e da sociedade civil possibilitou que o Orçamento do Conhecimento na LOA sancionada pelo atual presidente fosse melhor do que o projeto de lei enviado pelo governo anterior. A Lei Orçamentária aprovada define o gasto público para todo o ano, e compreender esse orçamento é fundamental para influenciar sua aplicação, o que pode fazer a diferença na garantia de políticas públicas, como o ensino superior.

A seguir, destacamos os principais números do OC.

1. **Orçamento do Conhecimento**

O Orçamento do Conhecimento, desenvolvido pelo Observatório do Conhecimento, surgiu da necessidade de identificar o montante de recursos públicos destinado à produção de conhecimento no Brasil. Inspirado em orçamentos temáticos, como o Orçamento Criança e Adolescente, ele propõe critérios para apurar os dados orçamentários relacionados ao conhecimento no país, a partir do levantamento de ações e despesas específicas na área.

Os principais resultados da análise da Lei Orçamentária para o ano de 2023 são descritos a seguir. Os dados foram obtidos do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e foram deflacionados pelo IPCA acumulado de 2022. Para fins de comparação são utilizadas as Leis Orçamentárias de anos anteriores, os valores empenhados e os valores liquidados.

O Orçamento do Conhecimento, em termos reais, passou de R\$40 bilhões na Lei Orçamentária de 2014 para uma previsão de R\$17 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, o valor foi de R\$21,07 bilhões, representando um avanço em relação ao PLOA, mas ainda equivalente a apenas 53% do valor de 9 anos atrás. Em comparação com a LOA de 2022, houve um aumento de 8% no valor previsto.

Gráfico 1 - Orçamento do Conhecimento

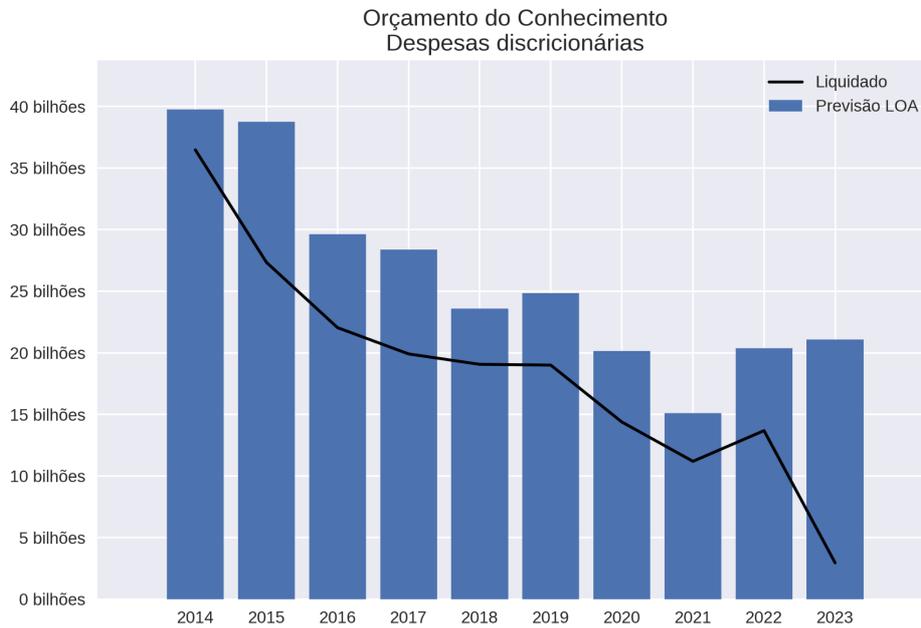
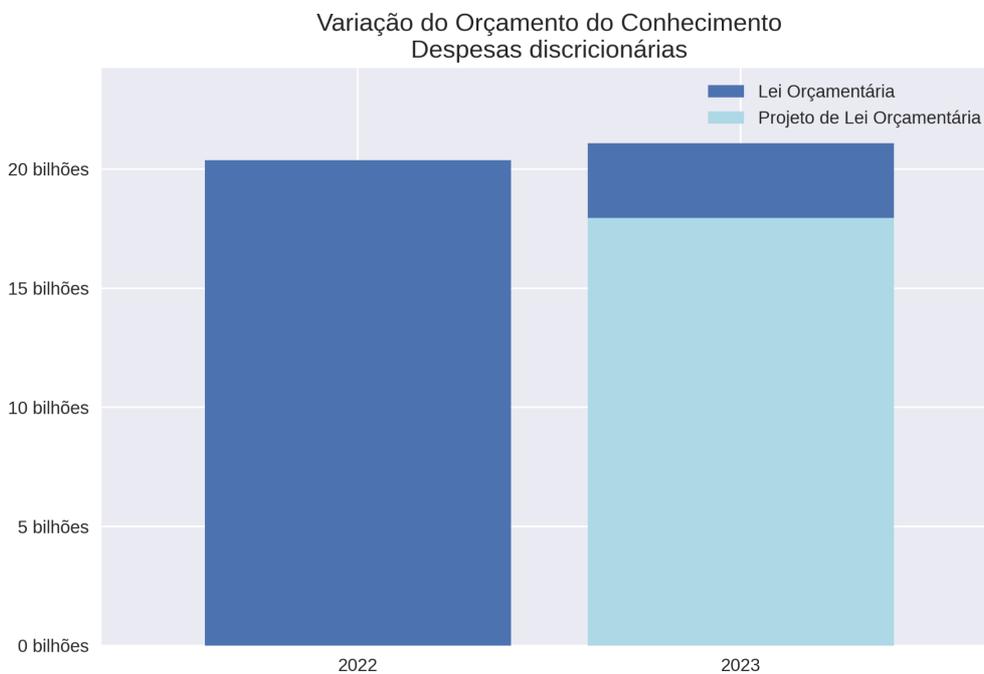


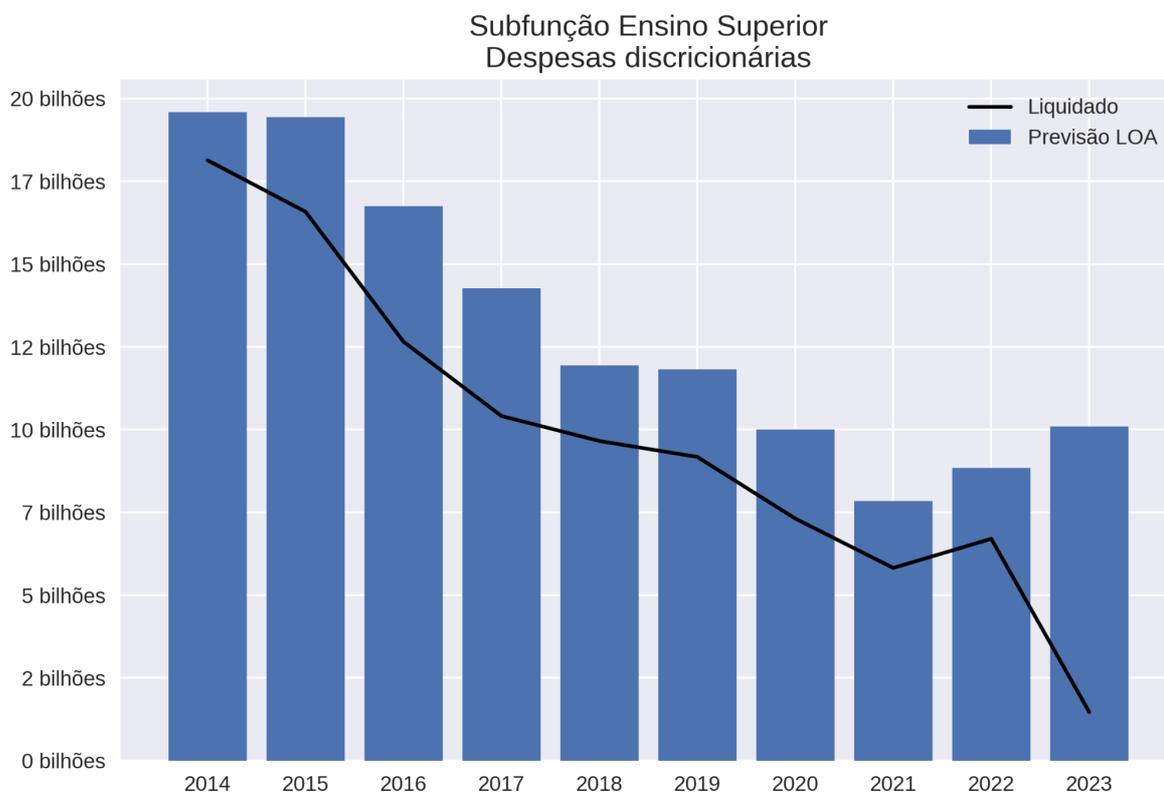
Gráfico 2 - Variação do Orçamento do Conhecimento



No PLOA 2023, a proposta do então governo para o Orçamento do Conhecimento era de cerca de R\$ 17 bilhões, valor próximo ao que foi previsto 15 anos antes. Já a Lei Orçamentária sancionada alterou a trajetória de queda para um pequeno aumento, de 3,46% em relação à LOA 2022. Em relação ao Projeto de Lei para 2023, o orçamento final incorporou cerca de 3 bilhões, um aumento de 17,5%.

Até 2015, o país viveu uma trajetória de crescimento de verbas para o ensino superior e produção de conhecimento, passo fundamental para nosso desenvolvimento, que foi abandonado desde então. Mesmo com o aumento da previsão do orçamento do conhecimento para 2023, seu patamar ainda está abaixo do que era em todos anos da série anteriores a 2020, antes da pandemia.

Gráfico 3 - Ensino Superior



A previsão para as despesas discricionárias da subfunção do ensino superior, que inicialmente apresentava uma queda de mais de 17% no projeto de Lei, agora na Lei Orçamentária Anual (LOA) vem com um aumento de 14,32%. Embora a previsão para a subfunção do ensino superior tenha retomado o patamar de 2020, ela segue representando apenas 51,5% do que era em 2014, fato que se agrava considerando o aumento no número de estudantes e campi universitários.

A situação é ainda mais alarmante quando se trata do orçamento global para as Universidades Federais especificamente. O valor previsto para este ano representa uma queda de 6,4% em relação a 2022, ano em que diversas universidades já denunciavam a impossibilidade de arcar com insumos básicos para seu funcionamento. Em relação aos investimentos, embora tenha havido um aumento de 1,3% na LOA 2023 em relação à LOA 2022, isso não representa uma recuperação real, visto que a previsão da Lei representa apenas 9,48% dos recursos previstos para 2014.

Gráfico 4 - Universidades Federais - Despesas discricionárias

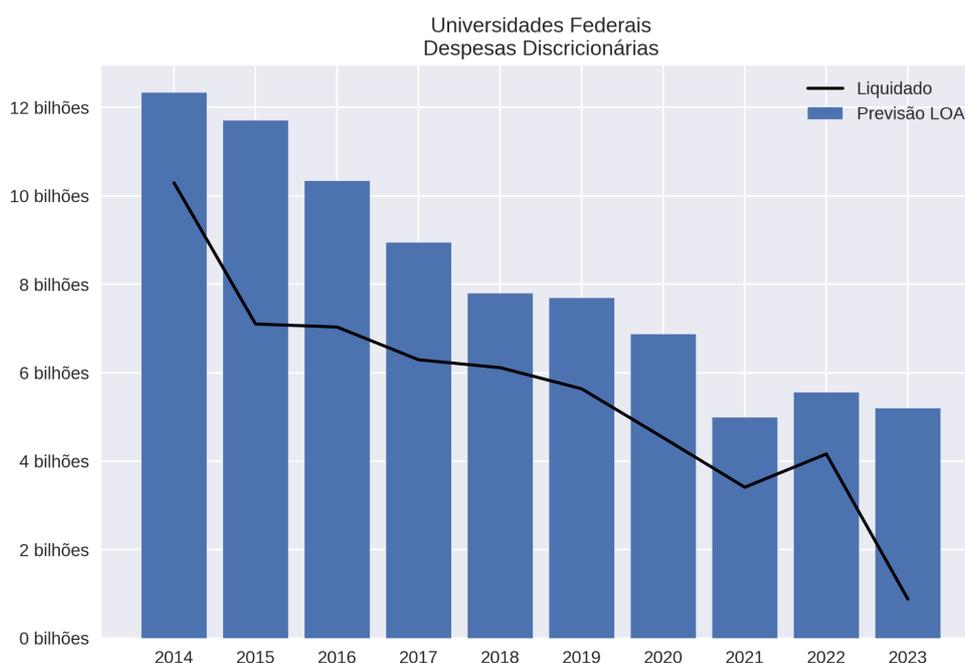
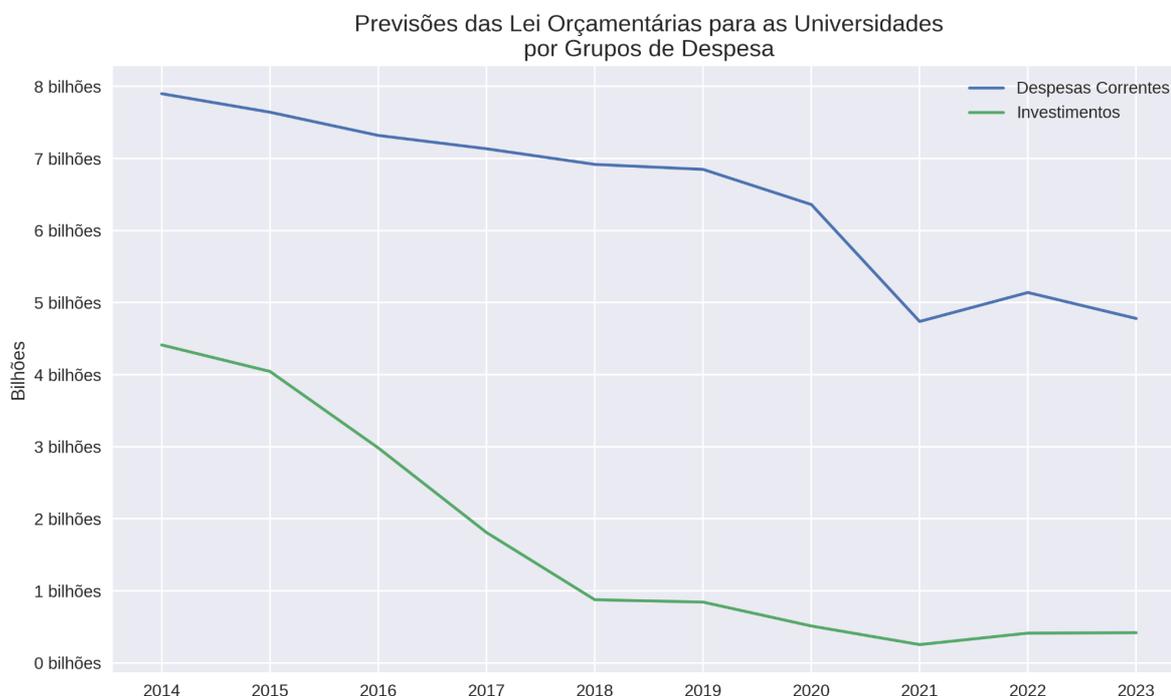


Gráfico 5 - Universidades Federais por Grupo de Despesa



O investimento público em ciência e tecnologia é de extrema importância para o desenvolvimento. Através de recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento, é possível impulsionar a economia, gerar inovações e descobertas que beneficiam a população e promovem avanços em áreas estratégicas como saúde, energia, meio ambiente, segurança, entre outras.

No entanto, observa-se que neste ano a previsão orçamentária para a área de Ciência e Tecnologia apresenta uma queda de 12,12% em relação ao ano passado, que se reflete na diminuição dos recursos destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 12,01%. Essa redução vai na contramão da visão de que o investimento em ciência e tecnologia é fundamental para o progresso e desenvolvimento do país.

Gráfico 6 - Função Ciência e Tecnologia

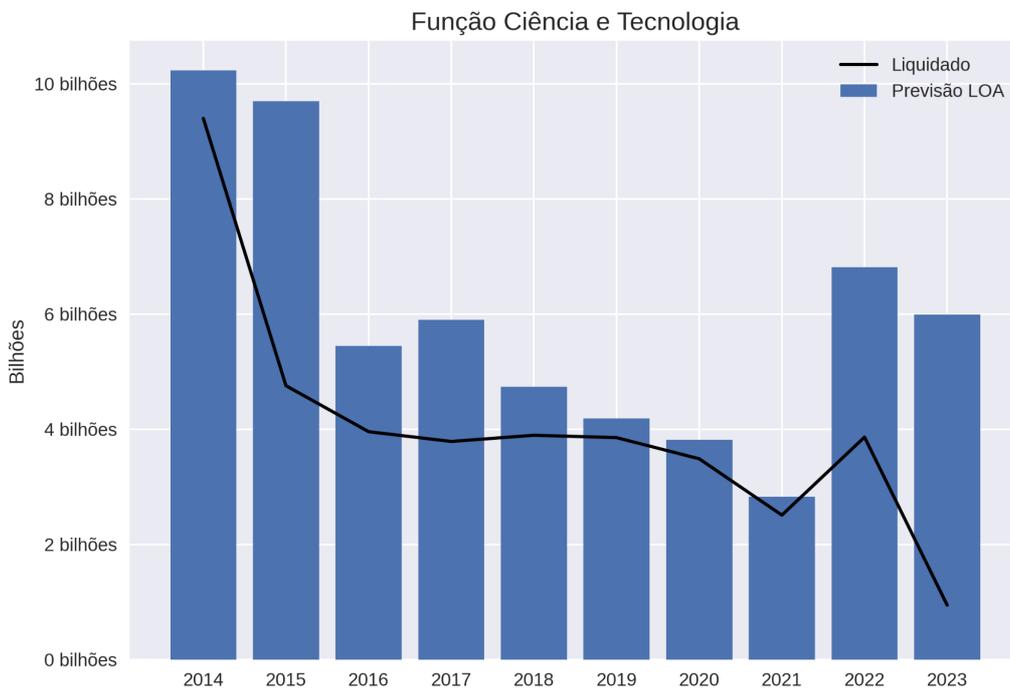
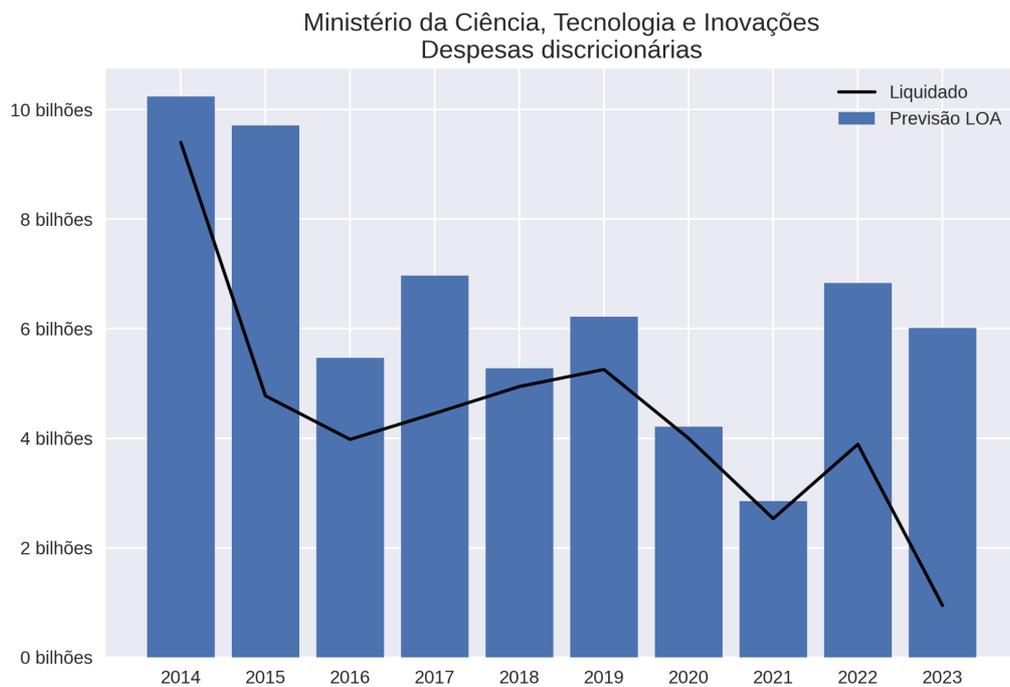


Gráfico 7 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



O Ministério da Educação apresenta na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 uma previsão de recursos 11,28% maior em comparação ao ano anterior, resultado da atuação do Legislativo que promoveu melhorias no projeto original enviado pelo Executivo. No entanto, mesmo com esse aumento, o valor previsto representa apenas 51,02% dos recursos disponíveis para o Ministério em 2014, evidenciando uma diminuição significativa ao longo dos anos.

Além disso, a previsão de investimentos para 2023 é ainda menor do que o que foi previsto para o ano de 2022, o que indica uma redução nas possibilidades de investimentos em áreas estratégicas da educação. É fundamental considerar a importância do financiamento adequado para a educação, a fim de garantir o pleno funcionamento das instituições e a qualidade do ensino oferecido à população.

Gráfico 8 - Ministério da Educação

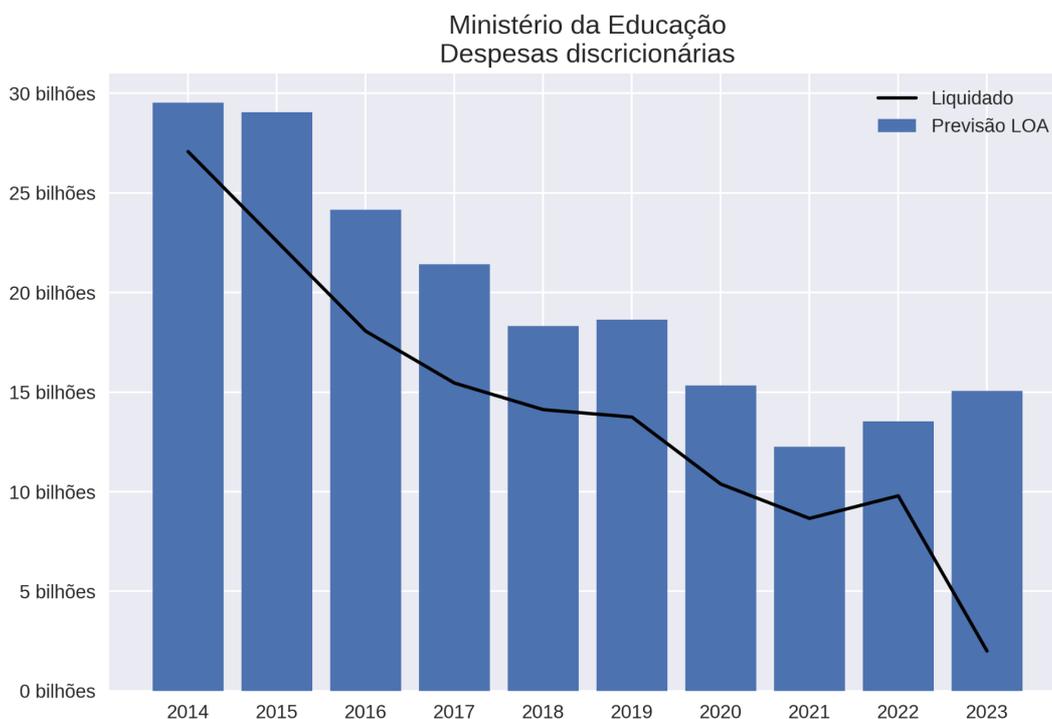
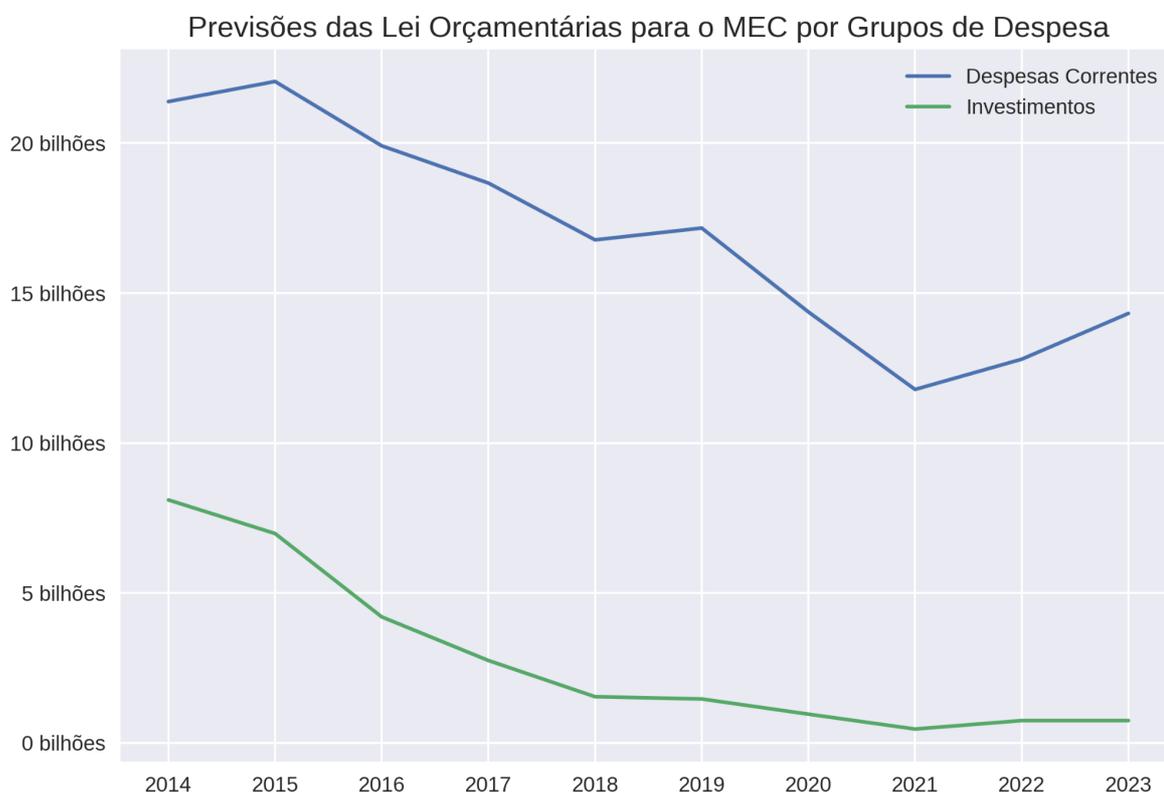


Gráfico 9 - Ministério da Educação por Grupo de Despesa

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são instituições de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa e da educação no Brasil. A Capes é responsável pela coordenação e financiamento de programas de pós-graduação stricto sensu em todo o país, além de fomentar a formação de recursos humanos qualificados em níveis de mestrado e doutorado. Já o CNPq é responsável pelo fomento à pesquisa científica e tecnológica, apoiando a formação de pesquisadores e concedendo bolsas de estudo para pesquisadores e estudantes. Ambas as instituições desempenham um papel fundamental na estimulação da pesquisa científica e tecnológica, contribuindo para o avanço do conhecimento e da inovação. Sem elas, seria difícil manter a qualidade da pesquisa e da educação no país, assim como formar pesquisadores de alto nível, o que seria

prejudicial para o desenvolvimento do país. Por isso, é crucial que essas instituições sejam valorizadas e apoiadas pelo governo e pela sociedade como um todo.

A pressão de setores organizados da sociedade civil em defesa do aumento das bolsas de pesquisa no país surtiu efeito no orçamento deste ano. Os recursos previstos para o CNPq apresentam um aumento de 53,4% em relação ao ano anterior, sendo o maior orçamento desde 2017 e um valor 47,64% maior do que a previsão do Projeto de Lei enviado pelo executivo anterior.

De forma similar, a Capes também recebeu um aumento de 45,02% em relação ao ano anterior, sendo o maior valor constante na Lei Orçamentária Anual desde 2017. Além disso, em comparação com o próprio Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, a LOA 2023 traz um aumento de 65,9% para a Capes. As ações relativas às bolsas da Capes tiveram um aumento de 54,44% em relação a 2022 e 88,15% em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, resultado da atuação do Legislativo.

Gráfico 10 - Recursos do CNPq

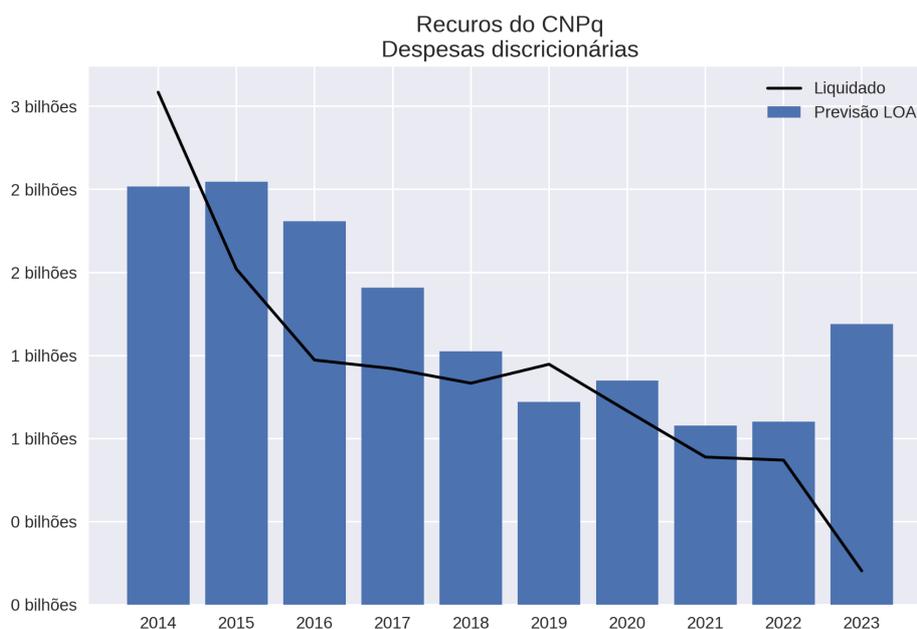
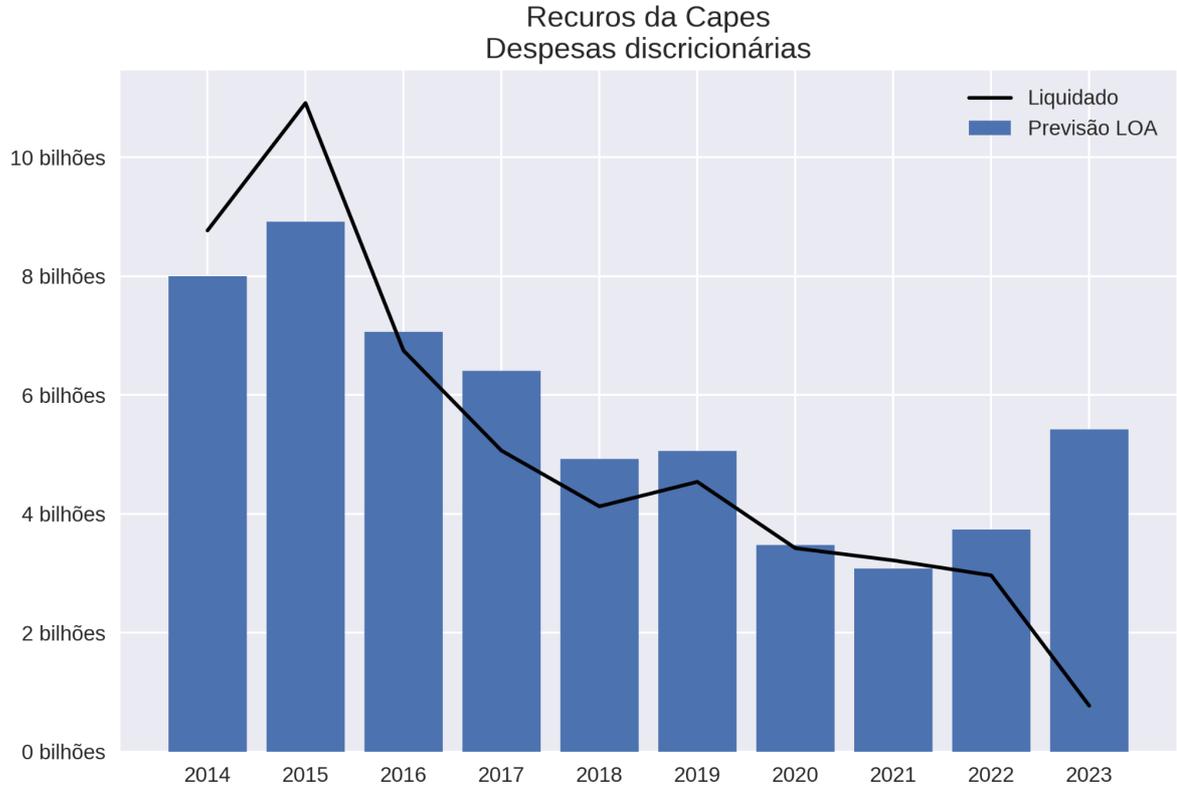
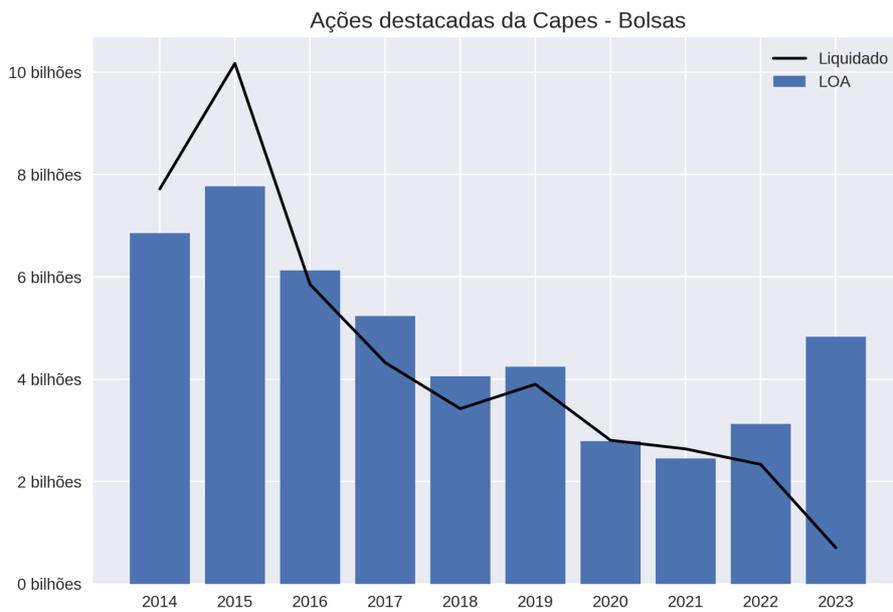
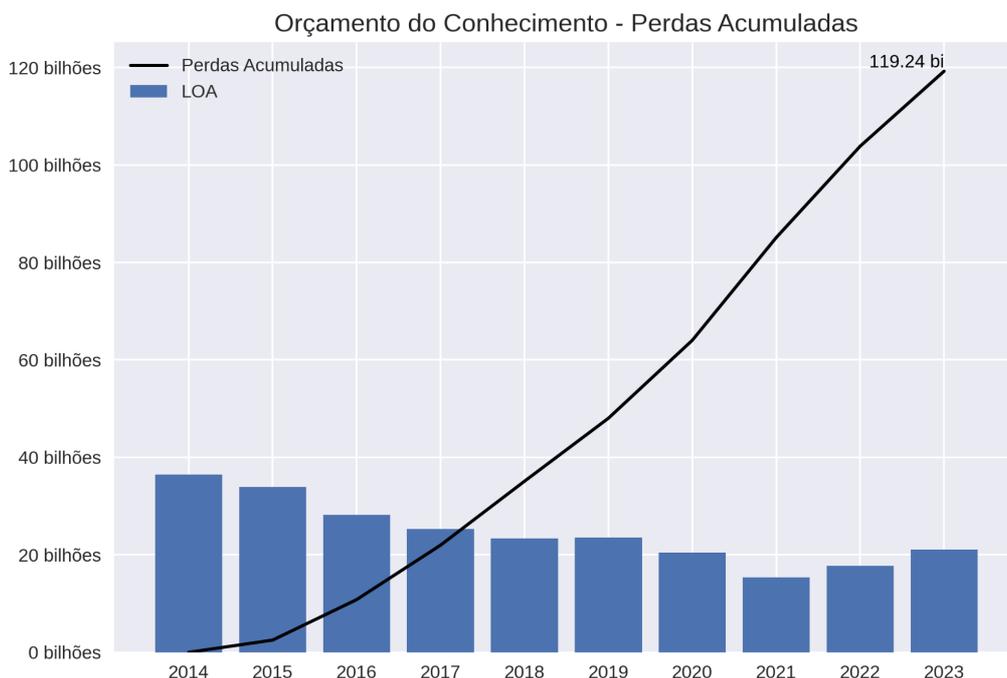


Gráfico 11 - Recursos da Capes

Gráfico 12 - Ações destacadas da Capes - Bolsas


Em síntese, a análise do Observatório do Conhecimento acerca da LOA 2023 nos mostra que já há sinais de mudança na tendência verificada a partir de 2015, principalmente no que tange ao reajuste das bolsas, parte significativa do orçamento das agências de fomento. A participação da sociedade civil tem se feito sentir na atuação do Legislativo e na aprovação da Emenda Constitucional 116. No entanto, ainda é necessário um debate mais aprofundado sobre a atual regra fiscal vigente no país, que deverá ocorrer ao longo deste ano.

Vemos que os investimentos ainda são o grupo de despesa mais afetado, o que dificultará a recuperação em relação aos anos de subfinanciamento. O investimento público no ensino superior, ciência, tecnologia e inovação é essencial para o desenvolvimento do país. O ensino superior é responsável por formar profissionais capacitados e qualificados para atuar em diversas áreas, contribuindo para o avanço da sociedade em múltiplas esferas. Já a ciência, tecnologia e inovação são áreas cruciais para o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, essas áreas também geram empregos e renda, impulsionando o crescimento econômico do país.

Gráfico 13 - Perdas Acumuladas do Orçamento do Conhecimento



O orçamento destinado ao conhecimento ainda se encontra em torno da metade do que foi estipulado para esse setor há 9 anos, em termos reais. As perdas acumuladas nesses anos, mesmo que toda a previsão orçamentária para este ano seja executada, chegarão a 119,24 bilhões de reais. Portanto, o modesto aumento de 3,46% em relação a 2022 está longe de garantir os recursos necessários para que o país esteja preparado para enfrentar os desafios do futuro, desenvolver tecnologias que melhorem o bem-estar da população e manter-se competitivo no cenário global.

A participação da sociedade civil no acompanhamento da previsão e execução orçamentária é fundamental para a democracia e a transparência no uso dos recursos públicos. Através do monitoramento e da divulgação de informações sobre a previsão e execução orçamentária, a sociedade civil pode contribuir para assegurar que o dinheiro público seja gasto de forma eficiente e justa, contribuindo para a construção de uma democracia mais sólida e transparente.

Este documento foi elaborado por Julia Bustamante Silva e Gabriel Zelesco, economistas e pesquisadores do Instituto de Economia da UFRJ e membros do Grupo de Economia do Setor Público (Gesp - IE/UFRJ).